

A Pobreza no Brasil e a Nova Classe Média a Partir dos Capitais de Pierre Bourdieu: diagnóstico das obras de Jessé Souza¹

Marinette Santana Fraga, Armindo dos Santos de Sousa Teodósio e Cláudia Aparecida Avelar Ferreira

Resumo

O artigo analisa a pobreza e a Nova Classe Média no Brasil segundo Jessé Souza a partir da Teoria dos Capitais de Bourdieu. Duas principais contribuições foram examinadas e estão direcionadas para a relação dos capitais, *habitus* e relação social; caracterizando a pobreza e a farsante Nova Classe Média brasileira. Desenvolveu-se um quadro que representa a matriz relacional dos capitais e a situação de pobreza. A proposta foi elucidar a crítica desses autores sobre a realidade da denominada “Nova Classe Média”, tendo como fundamentação os capitais. De forma realística, os resultados das narrativas experienciadas por Jessé Souza possibilitaram evidenciar a presença, a ausência ou a escassez desses capitais no contexto da situação de pobreza.

Palavras-chave

Nova Classe Média. Capitais de Bourdieu. *Habitus*. Pobreza.

Abstract

The article analyzes poverty and the New Middle Class in Brazil according to Jessé Souza from Bourdieu's Theory of Capitals. Two main contributions were examined and are directed to the relationship of capital, *habitus* and social relationship; characterizing poverty and the farcical New Brazilian Middle Class. A chart was developed that represents the relational matrix of capital and the situation of poverty. The proposal was to clarify the criticism of these authors about the reality of the so-called “New Middle Class”, based on capital. Realistically, the results of the narratives experienced by Jessé Souza made it possible to highlight the presence, absence or scarcity of these capitals in the context of the situation of poverty.

Keywords

New Middle Class. Bourdieu's Capitals. *Habitus*. Poverty.

INTRODUÇÃO

Os estudos de pobreza no Brasil e no cenário internacional possuem múltiplas abordagens, tendo, em geral, a renda como principal causa de segregação das condições de vida. A pobreza é o componente essencial de políticas públicas da assistência social (PONTES, 2010) e possui pluralidade de conceitos, perpassando as vertentes políticas: estrutura social (PONTES, 2010); econômica: renda (SPICKER *et al.*, 2006); sociológica: capacidades, liberdades, oportunidades, afirmação e sustentabilidade (SEN, 2000); e sustentável: como renda e liberdades individuais (STEVEN *et al.* 2017).

No entanto, estas concepções apresentam-se ora com visões críticas favoráveis ou desfavoráveis ora de forma complementar em relação à renda. Dessa forma, não há consenso para definição da pobreza, do sujeito e da sua culpabilidade devido às várias vertentes de análise. Tal situação reflete-se na produção acadêmica e causa ambivalências no campo da gestão social com outras áreas do conhecimento. Indaga-se: é possível argumentar a pobreza e a nova classe média a partir dos capitais de Bourdieu nas obras de Jessé Souza?

Jessé Souza questiona que, no paradigma essencialista culturalista dominante, não se faz oportuno outros olhares, por isso, no artigo “(Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é ‘ser gente’?”, publicado em 2003, demonstra que ele se associa a Charles Taylor e à Sociologia de Pierre Bourdieu para criar um paradigma que faz frente ao essencialismo culturalista, com uma visão que possibilita abordar as realidades culturais e simbólicas, buscando preencher “as lacunas e silêncios da configuração científica hegemônica que articula essencialismo cultural, por um lado, e a fragmentação conjuntural e pragmática da explicação teórica, por outro” (SOUZA, 2003, p. 53).

Como a Sociologia de Bourdieu destaca a hierarquia da valoração social, Souza (2003, p. 53) procura articular com os capitais de Bourdieu por eles darem subsídios para denunciar que “a produção de uma desigualdade social tende a se naturalizar tanto no centro quanto na periferia do sistema”, sistema este considerado em mercado e Estado.

O objetivo deste artigo foi analisar a pobreza e a Nova Classe Média no Brasil segundo Jessé Souza a partir da Teoria dos Capitais de Bourdieu, dando ênfase ao simulacro da mitigação da pobreza do Brasil, tendo como cerne analítico a centralidade no sujeito e sua identidade como ator ativo.

Foi realizada uma revisão de literatura narrativa (DA SILVA, 2019) por meio das obras de Souza (2009; 2012) e, após diversas releituras das narrativas e interpretação, foram identificados os tipos de capitais. Portanto, essas narrativas suportam a categorização da Teoria de Capitais de Bourdieu: capital econômico, cultural, social e simbólico, o que dá apoio para análise da pobreza e da Nova Classe Média. Este ensaio tem como contribuição teórica a evidenciação dos tipos de capitais de Bourdieu nas obras de Jessé Souza.

Este ensaio teórico é constituído de três seções, sendo a primeira a introdução, seguida da argumentação do simulacro da mitigação da pobreza e os capitais de Bourdieu, segmentada em três subseções: capitais de Bourdieu e campo social; pobreza e a farsante Nova Classe

Média no Brasil (NCM); e concepções de Jessé Souza e o *habitus* de um grupo social batalhador concebido como classe média; e, por fim, as considerações finais.

SIMULACRO DA MITIGAÇÃO DA POBREZA DO BRASIL E OS CAPITAIS BOURDIEU

Capitais de Bourdieu e Campo social

Segundo Bourdieu (1989, p. 134), “os capitais são as forças que definem as probabilidades de ganho num campo ou subcampo e envolvem disputas nos espaços sociais. A distribuição desses capitais representa a forma de distinção de dominação e de poder nas relações sociais; a esse conhecimento denotou-se a Teoria dos Capitais nos campos”.

Os campos são a “representação dos espaços sociais estruturados, cujas propriedades dependem das posições dos múltiplos atores e que podem ser analisadas independentes das características particulares dos indivíduos ou grupos” (BOURDIEU, 1983, p. 89). Assim, define-se campo social como “um espaço global de posições sociais, configurado em torno de um sistema de desvios de distintos níveis, cuja existência acontece nas relações dos atos entre as instituições, os agentes e todos os atores sociais. Tais relações efetivam-se nos jogos de conflitos, posições e distinções” (BOURDIEU, 1989, p. 179).

Segundo Wacquant (1992), o campo de Bourdieu refere-se a uma sociedade diferenciada que se constitui por diversos microcosmos sociais. Um espaço de desenvolvimento de interesses individuais, coletivos e de disputas para o funcionamento dos múltiplos campos (campo econômico, artístico, religioso, político, escolar, esportivo), visando ajustar as suas lógicas existenciais. Como resultado, os campos possuem leis de funcionamento gerais que não sofrem variações e propriedades particulares que são específicas de cada campo.

Nessa vertente, Bourdieu (1989, p. 149) explicita que a “estrutura do campo social é definida em cada momento pela estrutura da distribuição do capital”. Encontra-se, portanto, no campo, diversos espaços sociais permeados de distintos capitais, sendo eles econômico, cultural, social e simbólico. Tais capitais levam à distinção pelo ter e não ter, pelo poder e não poder, pela dominação e não dominação.

Além desses conceitos bourdieusianos, o desenvolvimento teórico perpassa a farsante Nova Classe Média adotada pelo Brasil. Segundo Abramovay (2012); Pochman (2012; 2013; 2014) e Souza (2012), a nova classe média é constituída por pessoas que ainda estão em situação de pobreza e que devem, por vontade própria, pleitear formas de integração social, sem dependência das classes dominadoras.

No entanto, as pessoas precisam de oportunidades em relação aos seus capitais tangíveis e intangíveis. Para isto, o pressuposto básico é a compreensibilidade do contexto, ou seja, do meio no qual o conhecimento das atividades e da caracterização do cotidiano das pessoas, em situação de pobreza, são essenciais, visto que se trata de um campo social com suas próprias disposições, seus *habitus* e dinâmica de modo de vida (BOURDIEU, 1989;

SOUZA, 2012). Esses conceitos de campo social, *habitus* e disposições são provenientes das obras de Bourdieu e especiais para a compreensão dos capitais.

Segundo Souza (2012, p. 10), no Brasil, as pessoas mais vulneráveis pertencem a um grupo de batalhadores originários da classe mais pobre, conhecida de forma pejorativa como “ralé brasileira”. Este grupo caracteriza-se pelas pessoas que estão acentuadamente abaixo dos princípios de dignidade, são mal pagas e exploradas.

A classe “ralé” é desprezada e explorada pelas classes dominantes. As pessoas da “ralé” possuem origem em famílias desestruturadas. No geral, a família é conduzida pela mãe que divide seu tempo entre o lar e o trabalho. A mulher, na maioria das vezes, atua sozinha, buscando combinar trabalho ocasional e instável com a criação dos filhos. E a característica principal da “ralé”, segundo Jessé Souza, é a estratégia de transformar necessidade em virtude (SOUZA, 2012), forma que é utilizada por muitas pessoas desse meio social para representar o agir, o pensar e o sentir, ao buscarem a mudança de sujeito passivo para ativo.

Todavia, essa consciência de afirmação e valorização requer condições cognitivas e psicossociais, atributos que podem estar ausentes em muitos indivíduos da “ralé” (SOUZA, 2009), manifestando-se nas relações sociais. Nesta visão, o autor defende uma pobreza condicionada não só à renda, mas ao capital social e cultural mencionados por Bourdieu.

O capital social refere as possíveis redes relacionais. Corresponde a um conjunto de recursos atualizados ou potenciais que tem conexão estreita com uma rede durável de relações institucionalizadas de reconhecimento e de estabelecimento recíproco (BOURDIEU, 2008).

O capital cultural refere as ações dos indivíduos ao longo do tempo para aquisição de atributos. Dessa forma, existem três formas de capital cultural: o incorporado, o objetivado e o institucionalizado. Das três formas de capital cultural, a forma incorporada pertence somente ao indivíduo, o qual o traz em seu corpo, e somente a ele pertence. Pode ser mutável ao longo do tempo, mas não pode ser transmissível, e, por meio da forma de ser e de se comportar, pode implicar na demonstração de poder e de diferencial, mesmo em relação aos detentores de capital econômico. Na forma objetivada, o capital cultural transforma-se em econômico na forma de posse. Todavia, se não for materializado e se efetivar como simbólico, não será transferível e pertencerá somente ao seu indivíduo, pois será um bem intangível de valor simbólico e necessitará de reconhecimento por terceiros para se transformar em capital econômico (BOURDIEU, 2007).

O capital cultural pode e tende a se converter em capital econômico, todavia, pode ser explorado pelos meios de produção quando do estado objetivado ou institucionalizado (BOURDIEU, 1979). Dessa forma, a renda pode aprisionar o indivíduo em uma ciranda econômica de produção, exploração e consumo. A sua posse não significa desenvolvimento de capital cultural e de capital social, ela fornece uma ilusão de crescimento e de melhores condições de vida nos padrões estabelecidos por interesses dominantes.

Já o capital simbólico se refere à forma assumida por todos os tipos de capital (Capital

Cultural, Econômico e Social), percebida pelos atores sociais como reconhecimento, status e atribuição de valor, exemplo: o valor que se dá à confiança (BOURDIEU, 1989).

Pobreza e a farsante Nova Classe Média no Brasil (NCM): concepções de Jessé Souza

O ambiente da pobreza perpassa a necessidade da afirmação do indivíduo em relação à sua ideia de autonomia individual relativa. Descobrimo-se como “um ser determinado e não somente autodeterminado, o indivíduo se torna mais apto a fazer escolhas a partir da sua própria condição no mundo” (SOUZA, 2009, p. 223).

Habermas (2011) corrobora o assunto ao mencionar que é preciso fortalecer o eu, a autoconfiança, o sentimento de dignidade e a autoestima das pessoas em situação de pobreza, por meio de dedicação e apoio. Schulz (2010) destaca a necessidade da participação e inclusão de diversos atores na discussão e deliberação de políticas públicas.

Nessas dimensões, Souza (2009) advoga a ausência de percepção da construção sociocultural da situação de pobreza nas políticas públicas. Conforme Crossley (2017), a vivência na pobreza apresenta-se como um efeito de falhas pessoais. Discorre que as causas da pobreza pela pesquisa científica social, durante quase um século, foram reconhecidas e deturpadas pela narrativa oficial de justiça social: prevalência da pobreza no trabalho, problemas de baixos salários e efeitos corrosivos da pobreza e privação material.

Já em outra vertente tem-se a ideologia do mérito. O segredo da dominação social moderna está nas precondições sociais que permitem o mérito (SOUZA, 2009). Portanto, existem nas políticas públicas uma dominação do homem por mecanismos distintos e simbólicos.

Os referidos mecanismos levam a uma vida em condições precárias, sem as pessoas se darem conta de que são os invisíveis nos sistemas econômicos, políticos e culturais. A vida dos invisíveis caracteriza-se pela ausência de disciplina, autocontrole e cálculo prospectivo, levando à personalidade autorresponsável e racional (SOUZA, 2012).

Essas são algumas características sociais, causas universais de todas as classes sociais e da posição dominante das classes média e alta. Tal aceitação conduz às generalizações pré-concebidas de que as classes marginalizadas são culpadas da própria exclusão e miséria. Se todas as classes sociais possuem os mesmos recursos sociais, então a marginalidade e a pobreza só podem ser culpadas da própria preguiça, burrice e arcaísmo dos marginalizados, levando à invisibilidade da classe baixa e de seus estigmas, crítica Souza (2009).

Carrion (2014), em seus estudos interpretativos, contribui com o aspecto da invisibilidade ao dissertar o princípio de dignidade como condição humana. Esse princípio encontra-se nas pesquisas de Jessé Souza e tem como objetivo diminuir os estigmas.

Bouzarovsk e Simcock (2017) citaram a consideração de Reid, McKee e Crawford (2015), para os quais o estigma é dependente do contexto. Por exemplo, o estigma associado à pobreza e ao subconsumo é mais predominante em sociedades com maiores desigualdades

econômicas e onde as políticas públicas sugerem que os pobres são responsáveis por sua pobreza (PICKETT; WILKINSON, 2012; WALKER, 2014; WALKER *et al.*, 2016). Goffman (2008;1963) explicita que a pessoa em situação de pobreza se constitui de um estigma que ecoa no seu reconhecimento somente na perspectiva da opressão.

Soares (2005), com a teoria do estigma social, argumenta que a classe baixa ou marginalizada deve, por vontade própria, pleitear uma forma de integração não subordinada. Souza (2009, p. 410) questiona esses estudos e coloca: “por que a ‘ralé’, como classe do ‘corpo’ sem conhecimento (capital cultural), nem dinheiro (capital econômico), não reage ao seu desvalor e humilhação cotidianos?” Em resposta, o autor argumenta que as pessoas dependem das relações sociais com os outros atores sociais e das oportunidades que essa interação proporciona.

Para Serra (2017, p. 127), a pobreza precisa ser tratada como pobreza de oportunidades, por isso, nesta vertente, a autora evidencia:

A privação de condições dignas de moradia e de educação básica limitam as oportunidades de realizações das pessoas, e essas oportunidades dependem fundamentalmente do local onde a pessoa vive. Em suma, o enfrentamento da pobreza no Brasil exige tratar da desigualdade de oportunidades, de modo que todos tenham condições de uma vida decente em sociedade, independentemente de onde vivam.

Tais oportunidades, citadas pela autora, são inseridas nas relações sociais essenciais para o bem-estar das pessoas e refletem nas funções descritas por Sen (2000). As relações são os meios que permitem a transformação das coisas materiais em resultados valiosos. Essas relações permitem a satisfação das necessidades humanas intangíveis, entre elas o respeito, o pertencimento, o amor, o senso de valor e a identidade do indivíduo (SEN, 1984; 1985; 1989). Todos esses fatores estão ligados ao Capital Simbólico de Bourdieu.

Souza (2012) criticou o surgimento de uma nova classe no Brasil, defendida por economistas, entre eles, Marcelo Neri. Para Souza (2012), não se trata de uma nova classe média e, sim, de um grupo de trabalhadores/batalhadores brasileiros que tiveram oportunidades a novos consumos de bens e serviços, por meio dos seus trabalhos formais e informais, ou seja, trata-se de um grupo social e não uma classe teórica. São as pessoas provenientes da “ralé” que buscaram melhoria de vida e atingiram um nível social, o qual ficou conhecido de forma midiática como sendo Nova Classe Média (NCM) ou Emergentes. Essa classe foi responsável pelo fortalecimento do mercado interno, dinamismo econômico e pelo desenvolvimento do novo capitalismo brasileiro.

As perspectivas e debates entre diversas correntes da NCM são abordados por Abramovay (2012); Souza e Lamounier (2010); Neri (2011); Pochman (2012; 2013; 2014). Os autores discutem diversas questões, entre elas: a preocupação com educação e inserção ocupacional; análise das atitudes e expectativas das pessoas; hiato de renda (PI), isto é, quanto de renda falta, em média, aos miseráveis para que eles consigam satisfazer suas necessidades básicas no mercado; também discutem o bem-estar social e os diversos aspectos da realidade de

diferentes pessoas; questionam até que ponto os níveis de renda e de consumo serão, ou não, sustentáveis no futuro; analisam o acesso a mercados como porta de saída da pobreza, como o acesso às microfinanças, microsseguros, microcrédito; e destacam a evolução dos estoques de ativos das famílias, com base em uma ampla visão da natureza dos padrões de vida conquistados.

Conforme Neri (2011; 2017), a caracterização da NCM perpassa critério de renda, percepções de sustentabilidade financeira, ambições, valores e projetos de sociedade. A abordagem da NCM sustenta-se na classificação de classes econômicas segundo a categoria do consumidor e do produtor.

A NCM é uma classe média emergente e é o motor da expansão da economia, porém, a sua sustentabilidade é uma incógnita no desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2004). A farsante Nova Classe Média é um segmento da classe trabalhadora que, sendo atomizado e individualizado pelo consumismo, torna-se politicamente inofensivo e indiferente à ação coletiva (POCHMANN, 2012; 2013; 2014). É representada pelos trabalhadores em situação de pobreza que, com a remuneração do trabalho, seguem os mecanismos de dominação do capitalismo. A NCM é composta por mais pessoas empregadas, mas não necessariamente com condições adequadas e dignas de trabalho (POCHMANN, 2012; 2013; 2014). O autor indaga se as pessoas da NCM seriam capazes de planejar seu futuro.

Conforme Souza (2012), a NCM não é uma classe e, sim, um grupo de trabalhadores proveniente do capitalismo neoliberal, no qual a produção flexível foi a grande responsável pelo desemprego estrutural. O autor acrescenta dimensões importantes à análise da suposta classe média, as quais transcendem o aumento da renda. Para o autor, os capitais social e cultural **são dimensões ausentes ou** precárias para os trabalhadores/batalhadores da Classe C e para os da “ralé” (classe mais empobrecida da sociedade). Na classe “ralé”, encontram-se as pessoas que carecem de relações sociais, de tempo para estudar, de competências sociais e capacidades, como disciplina e autocontrole, atributos indispensáveis para a pessoa ser bem-sucedida no capitalismo moderno e até para se ter uma autopercepção de dignidade e acesso aos direitos sociais (SOUZA, 2012).

Neri (2011) defende que a NCM é constituída por pessoas que aumentaram seus consumos e suas rendas. Logo, elas possuem melhores condições de vida. Souza (2012) faz uma crítica que há um discurso economicista na divulgação da existência de uma nova classe de emergentes brasileiros, com imagem de um mercado (neo) liberal. Para Pochmann (2012, p. 69), a “Nova Classe Média se destaca na elevação de índices de mão de obra que migraram do setor primário para o setor terciário nos últimos anos”.

Souza (2012) considera que o equívoco da Nova Classe Média, defendida por Neri (2011), é não considerar a transferência de valores imateriais e de seus privilégios no tempo. Entre eles, o capital cultural e a ausência de determinados fatores sinalizam uma violência simbólica que aprisiona as pessoas na visão financeira e materialista; uma classe totalmente teórica, que oculta o cotidiano e as condições de vida das pessoas em situação de pobreza, cuja fonte de recurso é a venda de seus trabalhos.

A suposta Nova Classe Média – na realidade, um grupo social – define-se como uma classe com pequena incorporação de capitais da sociedade moderna. Os principais capitais a que tem acesso são os econômicos e os culturais de habilidades incorporadas. Isto explica seu não pertencimento a uma classe média tradicional (SOUZA, 2012), a qual já possui tais capitais, sentindo-se diferenciada, sendo favorecida pelo contexto.

O grupo social de trabalhadores/batalhadores desenvolve disposições para o comportamento, os quais permitem a articulação da tríade disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo (SOUZA, 2012). O que caracteriza toda classe batalhadora e trabalhadora é a sua inclusão subordinada no processo histórico de acumulação do capitalismo. “O trabalhador, ao contrário da ralé e de todos os setores desclassificados e marginalizados, é reconhecido como membro útil à sociedade. Ele pode criar uma trajetória de sucesso pessoal e enfrentar a pobreza” (SOUZA, 2012, p. 55).

HABITUS DE UM GRUPO SOCIAL BATALHADOR CONCEBIDO COMO CLASSE MÉDIA

O livro “Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?” (SOUZA, 2012) segregou a classe dos batalhadores em trabalhadores e empreendedores. Os primeiros caracterizam-se pela presença de disposições primárias, como: ter origem familiar estruturada, presença dos pais na infância, ausência de necessidade material imediata; disposição para o trabalho esforçado e honesto, zelo pelo significado de dignidade; demonstração de disposições econômicas básicas para cálculo e administração de forma primária.

No entanto, os elementos diferenciais do batalhador empreendedor são denominados de disposições secundárias. Exemplos são a disposição e cálculo para autossuperação e disposição para chefia e liderança (SOUZA, 2012). Nesse contexto, a pobreza refere-se às condições em que vive a “ralé” brasileira, da qual surgiu a teórica Nova Classe Média.

No Brasil, a partir da invisibilidade social, analítica e política, os pertencentes à pobreza formam a ralé estrutural brasileira, a qual se refere a uma massa de trabalhadores vítimas de incapacitações, inibições e falta de oportunidades econômicas (SOUZA, 2009).

Nesse cenário, existe a denominada ética da responsabilidade do Estado com o cidadão. Porém, essa ética teria que ir ao encontro da observância e do respeito ao *habitus* de cada classe social. Bourdieu (1980, 2006) explica que o *habitus* se refere a um conjunto de disposições para a ação e é adquirido como aprendizado espontâneo e inconsciente desde a infância.

Souza (2009, p.107) corrobora ao afirmar que:

[...] os sujeitos não agem isolados havendo uma transformação concomitante em diversas instituições no tempo e no espaço. Portanto, as classes sociais não são definidas apenas pela renda, mas por seu *habitus*, ou seja, um conjunto de pressupostos e condições para a ação social estruturados por um pertencimento prévio de classe.

Souza (2009) disserta que apenas a gênese de um fenômeno social pode explicar sua eficácia no mundo moderno naturalizado, tornando-se invisível para os indivíduos modernos. Uma questão importante nesse patamar é que o comportamento não tem apenas o mercado para o moldar e as classes teóricas devem ser percebidas nas concepções de grupos sociais.

As pessoas estão envolvidas, além da hierarquia econômica, em uma moral, presente nas formas sociais e institucionais modernas (SEN, 1981). Essa moral, em ambientes de pobreza, pode ser a razão de os desfavorecidos se sentirem valorizados diante das hostilidades nas relações sociais.

A concepção teórica desse aspecto é denominada de expressivismo, o qual propõe valores como regra de conduta, fonte de admiração, respeito, autoestima e reconhecimento social. Segundo Simmel (2005), o expressivismo defende que cada pessoa possui ou deveria possuir uma voz própria, ou seja, um conceito vertical e não universalizável de personalidade que ganha obrigatoriedade.

Honneth (2003; 2007) defende a teoria do reconhecimento como um valor moral que se refere ao bem e à virtude como pertencente apenas ao indivíduo, sendo esse valor dele e de mais ninguém (SOUZA, 2009). Essa teoria destaca a relevância das relações sociais para a dignidade das pessoas e suas autovalorizações. Nessa ênfase, tem-se o que a sociologia denomina de fontes morais, as que estão por trás do funcionamento de todas as sociedades modernas e da ação cotidiana de todos os indivíduos, para garantir a igualdade social e a liberdade. Cita-se, como exemplo, a dignidade do trabalho útil e a expressão da própria personalidade individual (SEN, 1991).

Como explicitado nos estudos de Bourdieu (1980; 1996; 2007b; 2011), os dominados acabam contribuindo para a dominação da qual são vítimas, pois o seu corpo (através de seus gestos) aceita, espontaneamente e por antecipação, os limites de classe impostos e sem ser preciso recorrer a qualquer justificação racional para essa atitude (SOUZA, 2009).

Pelos estudos desenvolvidos, concluiu-se que a sociedade brasileira é estratificada por classes sociais teóricas, definidas pela renda e pela capacidade diferencial de incorporação de disposições e de conhecimento. Essa observação está inserida na abordagem sociológica que coloca em evidência a citação: “não é a renda, mas o *habitus* um fator de divisão social” (SOUZA, 2009, p. 335).

O *habitus* corresponde a um conjunto de características humanas socialmente adquiridas que define, em traços gerais, certo modo de conduzir a vida. Indivíduos socializados, em um contexto de *habitus* primário, incorporam as formas de pensar e agir necessárias para alcançar qualificação profissional, autorrespeito e estima social (BOURDIEU, 1980; 1996; 1989; 2007a; 2011).

Corroborando o contexto dos *habitus*, a realidade da pobreza, na visão das pessoas que a vivenciam no livro “A ralé brasileira: quem é e como vive” (SOUZA, 2009), apresentou-se como uma centralidade no dinheiro (capital econômico disponível) para as necessidades imediatas. Nesse livro, a renda das pessoas desse contexto social foi considerada como a

causa de suas condições materiais precárias e morais, uma vez que essas pessoas lutam pelos fatores de cultura e educação para superar ou minimizar a sua situação de pobreza, mas se veem limitadas e marginalizadas pelas instituições públicas e privadas. Portanto, não possuem autonomia absoluta de suas vidas, tratando-se somente de uma autonomia relativa.

A ascensão de alguns atores da “ralé” não pode ser generalizada como solução de sucesso para a saída da pobreza. Muitos permanecem ou retornam para a situação de pobreza e suas trajetórias são marcadas pela dominação das forças econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais. Esta rede de dominação direciona e restringe o acesso aos distintos capitais propostos por Bourdieu. A “ralé” é uma classe marcada pela ausência, dificuldades ou restrição da incorporação desses capitais (SOUZA, 2009).

Souza (2009) enfatiza a exploração da “ralé” por outras classes dominantes, as quais necessitam e compram os serviços das pessoas desse meio social. Esse tipo de trabalho é caracterizado como incerto, precário, mal remunerado e desvalorizado, marcando a vida e o comportamento do prestador de serviço e de sua família, configurando-se em simbiose, na qual os dominadores exploram a mão de obra da classe chamada “ralé”, cujas pessoas precisam dessa exploração para terem condições de se manterem em seu novo *status*.

A estratégia de vida da “ralé”, diante da incerteza do capital via trabalho, pode ser concebida como estratégia do imediatismo. A prioridade é satisfazer as necessidades primárias de sobrevivência. Como consequência, tem-se a dificuldade de pensar a médio e longo prazos, prevalecendo o jogo das subjetividades. Essas são essenciais para se vencer as dificuldades de um dia após o outro (SOUZA, 2009).

Enfim, o mundo dos capitais na situação da pobreza vincula-se, de forma especial, ao capital cultural. Muitas vezes, as pessoas são limitadas às habilidades inatas do seu contexto social e de vida, de forma exemplificada, cita-se o dom para a culinária, música, lutas, danças e serviços artesanais. O capital cultural deriva da possibilidade de incorporação e utilização do conhecimento útil, bem como das relações sociais para o seu reconhecimento. Ele é marco do sucesso e do fracasso social de todas as classes sociais e de todos os indivíduos.

Para determinar o que constituem cada capital de Bourdieu, apresentam-se alguns elementos que possibilitam demonstrar o que faz parte de um capital específico. O Quadro 1 demonstra a matriz de categorização de identidade da pobreza, seus elementos e a Teoria dos Capitais propostas por Bourdieu, com base nas obras de Souza (2009; 2012).

Quadro 1 – Análise interpretativa de capitais na situação da pobreza

| Categorias dos capitais de Bourdieu na situação de pobreza | Elementos identificadores dos Capitais |
|--|---|
| Desestruturação familiar. | Relações familiares instrumentais: abuso afetivo e economia emocional; carências de disciplina, autocontrole e cálculo; produção e reprodução de indivíduos: miseráveis na vertente econômica, carentes de autoconfiança e de autoestima na psicossocial (Capital Cultural com ênfase em herança do meio). |
| Ideologia da “meritocracia” masculina. | Ser homem; exploração da mulher e objetivação; machismo e sexismo (Capital de herança cultural). |
| Falta de internalização das precondições psicossociais. | Ausência das precondições para viver em sociedade competitiva (Capital Social). |
| Acesso à cultura. | Integração subalterna, obediência e restrição de ação; objeto de realização política; culto à criatividade do artista da “ralé”, o qual insiste, a despeito de tudo, em criar; culto à simplicidade dos humildes (Capital Social pautado em dominação pelo poder econômico). |
| Ausência de base da autoconfiança e do reconhecimento social: limitação da dignidade expressiva. | Trabalho produtivo e útil; resultado do ensino da arte e de atividades lúdicas direcionadas; desconsideração do multiculturalismo (Capital Social pautado em opressão e Capital Cultural restritivo). |
| Violência e desigualdade social. | Desorganização familiar; carência afetiva; ausência dos pais; falta de dinheiro; opressão institucional; violência simbólica: o estigma da delinquência, classe perigosa, “ralé” honesta; dificuldades de usufruir dos benefícios dos direitos humanos, devido ao seu contexto social; previsão da probabilidade de reincidência a crimes; maior vulnerabilidade ao controle policial (Capital Cultural e Social dominante destruindo o Capital Simbólico). |
| Anseios a prestígio e o reconhecimento social. | Adesão à religiosidade neopentecostal; expressões econômicas: acesso à riqueza, prestígio, objetificação das mulheres etc.; falta de reconhecimento da cidadania: sujeição às decisões das classes dominantes; insegurança existencial das pessoas (Capital Cultural, Capital Econômico e Simbólico; necessidade de conversão constante). |

| Categorias dos capitais de Bourdieu na situação de pobreza | Elementos identificadores dos Capitais |
|---|--|
| Ausência da dignidade humana das crianças e dos mais frágeis. | Utilidade ou inutilidade imediata para o trabalho; satisfação de pulsões sexuais dos homens adultos (Capital Cultural negativo do meio prejudicando o Capital Simbólico). |
| Compulsão em consumo e rotina de trabalho. | Provas de subordinação ao capitalismo; sustentação do padrão de consumo; sensação de dignidade; consumo imediato para as necessidades materiais e simbólicas (Capital Econômico e Simbólico com traços de cultura do consumo). |
| Analfabetismo. | Condição social e instituição educacional impedem a construção de uma relação afetiva positiva com o conhecimento; suposta ignorância ocasionada pela falta de instrução escolar: sujeito passivo; destruição emocional das crianças: maus alunos, incapacidade, preguiça e desinteresse para os estudos (Capital Cultural restritivo e discriminatório, impedindo a construção de capital econômico e simbólico, o que pode levar à desconstrução moral do sujeito) |
| Luta pela meritocracia. | Valor do ser humano pela afirmação de qualidades para o trabalho mecânico; luta contra a reprodução das instituições modernas para a sociedade do mérito: narrativa do que "não ser"; busca de disciplina: família, mercado e escola (Capital Simbólico de valorização humana, propiciando Capital Econômico). |
| Cultura de laços particularistas de afeto. | Capacidade de amar e ser amado, de ser feliz e realizado no espaço privado das intimidades amorosas (Capital Simbólico com ênfase no pertencimento). |
| Vulnerabilidade e precariedade do universo familiar. | Condições materiais e sociais precárias de existência; construção de subjetividades precarizadas; baixa autoconfiança e autoestima (Capital Econômico e Simbólico). |
| Necessidade de expressivismo. | Transformação de necessidade em virtude; valor das habilidades para trabalho subordinado e em atividades não exercidas pelas outras classes (Valor Simbólico do trabalho como forma de autovalorização - pertencimento). |

| Categorias dos capitais de Bourdieu na situação de pobreza | Elementos identificadores dos Capitais |
|--|---|
| Sociabilidade. | Valor da reciprocidade e da solidariedade (ajuda aos iguais); poupança vista como estratégia individualista de enriquecimento; falta de sociabilidade familiar para a aquisição das habilidades emocionais e cognitivas (Capital Simbólico e Cultural com vertente de solidariedade. Traços do Capital Econômico como ruptura de confiança das relações). |
| Hostilidade no sistema de saúde. | Percepção da desvalorização moral, social e política; falta de valor humano não monetário ou não econômico - invisibilidade (Capital Simbólico e Cultural - opressão). |

Fonte: elaborada pelos autores. Adaptado de Jessé Souza (2009; 2012) e Bourdieu (1980; 1996; 1979; 1989; 2007b; 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições de Jessé Souza no campo da gestão social e sustentabilidade possibilita o debate sobre os capitais de Bourdieu e a pobreza no Brasil, os quais remetem à discordância e concepção teórica heterogênea do que é a NCM. Souza (2012) e Pochmann (2014) criticam a denominação de Nova Classe Média e advogam que se trata de um grupo social advindo da base da pirâmide. As pessoas desse grupo não podem ser interpretadas somente como pertencentes a classes teóricas com base na renda. São pessoas que possuem diversas formas de ocupação e que fazem da quantidade de trabalho o elemento principal para aumentar a renda e o consumo ao longo da sua vida. Por outro lado, falta a essas pessoas o tempo para os seus projetos de vida, suas relações, construção do seu capital cultural e o controle de suas emoções.

Após a caracterização da pobreza brasileira com base nos livros de Souza (2009; 2012), observou-se que a situação da falta de recursos financeiros básicos em relação aos capitais estudados requer melhores condições nas relações individuais tanto no ambiente interno quanto no externo, ou seja, capital social.

Portanto, a pobreza representa ausência relativa de bens tangíveis e intangíveis (exemplo capital econômico, cultural, social e simbólico). Ela é influenciada pelas características dos campos sociais e pela diferenciação nas oportunidades, cujos acessos são influenciados pelas relações sociais como fatores de integração na sociedade.

Assim sendo, de forma complementar, é notório compreender que o campo social da pobreza evidencia diversos aspectos dessa situação, decorrentes da ausência e falta de acesso aos capitais econômico, cultural, social e simbólico abordados nesta pesquisa. O conjunto dos capitais forma a estrutura de capitais de Bourdieu e se torna necessário conhecer a proporcionalidades de cada capital nessa estrutura.

NOTA

1 Submetido à RIGS em nov. 2019. Aceito para publicação em ago. 2020.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Abril S.A., 2012.
- BOURDIEU, P. Les trois états du capital culturel. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n. 30, p. 3-6, 1979.
- BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da ação**. 9. ed. Tradução Maria Correia. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. 3 ed. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.). **Escritos de Educação** Petrópolis: Vozes, 2001, pp.67-69.
- BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 26, p. 83-92, jun. 2006.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. 10 ed. Tradução Magali de Castro. In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, p. 71-79. 2008.
- BOURDIEU, P. Espaço social e gênese das classes. In: **O poder simbólico**. Lisboa. 70. ed., 2011, p. 135-165.
- BOUZAROVSK, S.; SIMCOCK, N. Spatializing energy justice. **Energy Policy**, v. 107, p. 640-648, 2017.
- CARRION, R. S. Cidadania. In: BOULLOSA, R. F. (Org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014.
- CROSSLEY, S. The 'official' social justice: an examination of the Coalition government's concept of social justice. **Journal of Poverty and Social Justice**, v. 25, n. 1, p. 21-33, 2017.
- DA SILVA, W. M. Contribuições e Limitações de Revisões Narrativas e Revisões Sistemáticas na Área de Negócios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 23, n. 2, p. 1-11, 2019.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada** (1963). 4.

ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HABERMAS, J. Trabalho, amor e reconhecimento. O filósofo Axel Honneth completa 60 anos de idade. Uma viagem em pensamentos de Marx a Hegel para Frankfurt: ida e volta. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 25, n. 49, p. 337-341, jan./jun. 2011.

HONNETH, A. Redistribution as Recognition: A Response to Nancy Fraser. In: FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or Recognition? A Philosophical Exchange**. Londres: Verso, 2003.

HONNETH, A. Recognition as Ideology. In: Van Den Brink, B.; OWEN, D. (Ed.). **Recognition and Power**. Cambridge (UK): Cambridge University, 2007.

NERI, M. C. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.

NERI, M. C. **Microcrédito, dinâmica empresarial e mudança de classe: o impacto do CrediAmigo**, 2017. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cps/crediamigo2>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PICKETT, K.; WILKINSON, R. Income inequality and psychosocial pathways to obesity. In: OFFER, A.; PECHEY, R.; ULIJASZEK, S. **Insecurity inequality & obesity**. British Academy Scholarship, cap. 10, 2012.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

POCHMANN, M. Mobilidade social no capitalismo e re-divisão internacional da classe média. In: BARELT, D. D. (Org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich, 2013. p. 156-170.

POCHMANN, M. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

PONTES, R. N. Concepções de pobreza dos atores sociais na política de assistência social no período FHC. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 161-190, jul./dez. 2010.

REID, L.; MCKEE, K.; CRAWFORD, J. Exploring the stigmatization of energy efficiency in the UK: an emerging research agenda. **Energy Research & Social Science**, n. 10, p. 141-149, 2015.

SCHULZ, R. Reconhecimento no entendimento das lutas sociais de mulheres em condições de extrema pobreza. **Mediações**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 184-201, jul./dez. 2010.

SEN, A. **Poverty and Famines Essay on Entitlement and Deprivation**. Oxford: Clarendon Press, 1981.

SEN, A. Well-being, agency and freedom: the Dewey Lectures. **Journal of Philosophy**, v. 82, n. 4, p. 169-221, 1984.

- SEN, A. **Commodities and Capabilities**. Amsterdam: North-Holland, 1985.
- SEN, A. Development as capability expansion. **Journal of Development Planning**, n. 19, p. 41-58, 1989.
- SEN, A. Social exclusion: concept, application and scrutiny. **Asian Development Bank**, Social Development Papers, n. 1, p. 1-54, jun. 2000.
- SERRA, A. S. S. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**. 2017. 161 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.
- SIMMEL, G. Da psicologia da moda: um estudo sociológico. In: SOUZA, J.; ÖELZE, B. **Simmel e a modernidade**. 2. ed. rev. Brasília: Editora da UnB, 2005.
- SOARES, L. E. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier; Distrito Federal: CNI, 2010.
- SOUZA, J. (Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 59, p. 51-73, nov. 2003.
- SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- SPICKER, P.; ÁLVAREZ LEGUIZAMÓN, S.; GORDON, D. **Poverty**. An international glossary. Londres: ZedBooks, 2006.
- STEVEN, J. L.; HAIDER, L. J.; ENGSTRÖM, G.; SCHLÜTER, M. Resilience offers escape from trapped thinking on poverty alleviation. **Sci. Adv.**, n. 3, p. 1-11, 2017.
- WALKER, R. **The Shame of Poverty**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- WALKER, R.; KYOMUHENDO, G. B.; CHASE, E.; CHOUDHRY, S.; GUBRIUM, E. K. **Poverty-in-Iraq-2012-2014**. Washington: World Bank, 2016.
- WACQUANT, L. **Réponses: pour une anthropologie réflexive**, de Pierre Bourdieu, com Loïc Wacquant. Paris: Editions du Seuil, 1992.

**Marinette
Santana Fraga**

Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestre em Contabilidade pela FVC. Docente da UFJF, Campus Governador Valadares.

**Armando
dos Santos
de Sousa
Teodósio**

Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração (PPGA) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Pesquisador das áreas de Gestão Social e Ambiental, Políticas Públicas e Estudos Organizacionais. Líder do Núcleo de Pesquisas em Ética e Gestão Social (NUPEGS) do PPGA da PUC Minas. Doutor em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mestre em Ciências Sociais (Gestão de Cidades) pela PUC Minas e Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**Cláudia
Aparecida
Avelar Ferreira**

Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS). Mestre em Administração pelo Centro Universitário UNA.